

O CADERNO NEGRO DA CORRUPÇÃO PORTUGUESA

Do incêndio do dinheiro público
às asas de ouro da TAP

FRANCISCO GONÇALVES &
AUGUSTUS VERITAS LUMEN

Índice

Placeholder for table of contents

0

Capítulo 1

O Caderno Negro da Corrupção Portuguesa

Do incêndio do dinheiro público às asas de ouro da TAP

Francisco Gonçalves & Augustus Veritas Lumen

2025 (c)

Índice

1. Introdução — O Charco a que Chamam Portugal
2. O Grande Incêndio do Dinheiro Público
3. Bancos & Banqueiros: O Cemitério Bilionário
4. TAP: A Companhia das Asas de Ouro
5. Empresas Públicas à Deriva
6. Projetos Fantasma: Aeroportos, TGVs e Data Centers
7. As PPPs: O Jackpot dos Privados
8. A Justiça Cega (mas só para alguns)
9. Conclusão — O Futuro Entre a Sátira e a Verdade

Introdução — O Charco a que Chamam Portugal

Portugal é uma terra fértil em promessas quebradas e sonhos adiados. Ao longo das últimas décadas, a nação foi-se afundando

num charco onde a corrupção, o clientelismo e a incompetência política reinam. Este livro é um espelho satírico dessa realidade,

um retrato que mistura denúncia, humor e lirismo, para que possamos olhar sem medo para o pântano que teimam em chamar de democracia.

Este Caderno Negro não é apenas uma compilação de críticas: é um manifesto de cidadania. Cada capítulo expõe uma ferida aberta,

um escândalo repetido, um padrão de abuso e desperdício que se tornou rotina. Bancos resgatados, companhias aéreas cronicamente falidas,

empresas públicas sem rumo, projetos-fantasma que nunca saem do papel, parcerias que enriquecem privados e empobrecem o Estado, e

uma justiça que só funciona contra os mais fracos.

Ao longo destas páginas, convidamos o leitor a rir para não chorar, a indignar-se para não se resignar. Porque a sátira é também

uma forma de resistência: ilumina, denuncia, e incomoda. Que este livro seja, pois, um grito no silêncio cúmplice que cobre este país.

O Grande Incêndio do Dinheiro Público



O Grande Incêndio do Dinheiro Público

Todos os anos, Portugal assiste ao mesmo espetáculo: milhares de milhões de euros a desaparecerem no fogo invisível da má gestão.

Hospitais sem médicos, escolas sem condições, justiça sem meios — e, no entanto, rios de dinheiro público são despejados em bancos falidos,

empresas públicas deficitárias, parcerias ruinosas e projetos-fantasma.

Este é o Grande Incêndio do Dinheiro Público. Uma fogueira que nunca apaga, alimentada por decisões políticas desastrosas e por uma cultura

de impunidade que protege sempre os culpados. No centro, políticos aquecem as mãos nesta lareira de notas, enquanto o povo paga a água para

apagar o fogo — sem nunca ver as chamas consumirem os verdadeiros incendiários.

Os Fornos do Desperdício

1. Bancos falidos: do BPN ao BES, cada colapso transformou-se numa transfusão de dinheiro público.
2. Empresas públicas: deficitárias, mas mantidas como currais de nomeações partidárias.
3. Parcerias ruinosas: contratos blindados para garantir lucros privados e perdas públicas.
4. Projetos-fantasma : aeroportos, TGVs, Infra-estruturas públicas, data centers, etc. — sempre anunciados, raramente construídos.

A imagem é grotesca: ministros sorridentes em conferências de imprensa, anunciando investimentos milagrosos, enquanto nos bastidores já

se sabe que será o contribuinte a arcar com os prejuízos. O povo, cansado, apenas encolhe os ombros e murmura: “mais do mesmo”.

Este incêndio é permanente. Não há bombeiros capazes de o apagar, porque os incendiários vestem fato e gravata, e muitos deles são os mesmos

que depois se apresentam como salvadores. É o retrato perfeito de um país que consome a sua riqueza sem nunca a transformar em progresso.

Bancos & Banqueiros: O Cemitério Bilionário



Bancos & Banqueiros: O Cemitério Bilionário

Capítulo 6

Portugal construiu um cemitério luxuoso para enterrar dinheiro público: os bancos falidos. Cada lápide carrega o nome de uma instituição

que colapsou sob o peso da corrupção, da má gestão e da ganância. O BPN, o BES, o Banif, o Novo Banco, a CGD — todos diferentes na fachada,

iguais no destino: milhares de milhões de euros pagos pelos contribuintes.

O BPN — laboratório da impunidade

Um banco pequeno, transformado em máquina de corrupção e favores políticos. Nacionalizado em 2008, custou cerca de 5 mil milhões ao Estado.

Nenhum grande responsável foi verdadeiramente condenado.

O BES/Novo Banco — fraude em escala industrial

O “banco dos senhores do universo” implodiu em 2014. Criou-se o Novo Banco, prometido sem custos para o contribuinte. Resultado: mais de 12 mil

milhões de euros despejados desde então. Um buraco negro ainda ativo.

O Banif — morte anunciada

Afundado em má gestão e clientelismo, recebeu mais de 2 mil milhões em ajudas públicas antes de desaparecer.

A Caixa Geral de Depósitos

O banco do regime. Sempre usado para financiar negócios de amigos e projetos inviáveis. Recapitalizado em 2017 com cerca de 4 mil milhões.

O padrão é claro: gestores milionários, políticos cúmplices e zero responsabilização. Banqueiros gordos de lucros, charutos acesos, enquanto

os contribuintes encolhem cada vez mais os ombros, resignados a pagar a fatura.

TAP: A Companhia das Asas de Ouro



TAP: A Companhia das Asas de Ouro

A TAP é a metáfora perfeita do fracasso português: uma companhia aérea que não voa com competitividade, mas com dinheiro público.

Desde 1975, já foi nacionalizada, privatizada e renacionalizada. Sempre resgatada, nunca sustentável. Entre 2020 e 2023, foram mais de 3,2 mil

milhões de euros injetados na empresa.

A TAP não transporta apenas passageiros: carrega políticos, favores, administrações gordas e prejuízos ainda maiores. Cada português, mesmo aquele

que nunca entrou num avião, já pagou várias passagens sem direito a embarque.

Gestores entram e saem, deixando atrás indemnizações milionárias. Rotas estratégicas mudam ao sabor de interesses momentâneos. O povo paga sempre.

A TAP é menos companhia aérea e mais balão de ar quente cheio de euros a arder.

E enquanto outras companhias europeias se reinventaram, a TAP continua presa a uma lógica de dependência, servindo de vitrine política e de curral

para nomeações partidárias. É o avião que nunca levanta voo sem ajuda do erário público.

Empresas Públicas à Deriva

CP, Carris, Metro, RTP, Estradas de Portugal — todas partilham o mesmo destino: o da dependência crónica do Estado. São navios à deriva,

governados por marinheiros de partido que usam o leme não para navegar, mas para garantir mordomias.

CP — a locomotiva da frustração

Comboios parados, atrasos crónicos, material obsoleto. A CP não é transporte público — é um museu sobre carris, pago a peso de ouro.

Metro e Carris — transporte da dependência

Sempre deficitários, sempre dependentes de subsídios. Políticos anunciam expansão, mas o cidadão continua a viajar em transportes caros e lotados.

Estradas de Portugal

Envolta em dívidas acumuladas, sucessivas reestruturações e mudanças de nome para mascarar números. O contribuinte paga sempre a conta.

RTP — a voz do dono

Mantida com taxas cobradas na fatura da luz. Orçamentos astronómicos, resultados medíocres. Uma televisão que serve tanto de propaganda política

como de sorvedouro de dinheiro público.

Estas empresas não estão à deriva por falta de marés, mas porque o timoneiro é sempre escolhido pela cor da bandeira partidária. E enquanto

não houver competência em vez de compadrio, os navios continuarão a afundar lentamente.

Projetos Fantasma: Aeroportos, TGVs e Data Centers



Projetos Fantasma: Aeroportos, TGVs e Data Centers

Portugal é o país dos projetos-fantasma. O Novo Aeroporto de Lisboa já foi estudado durante 50 anos. O TGV esteve em maquetes, contratos

e powerpoints, mas nunca avançou. Data centers anunciados com milhares de milhões de investimento, mas sem bancos ou clientes identificados.

O Aeroporto Fantasma

Ota, Alcochete, Montijo — todas escolhidas, todas abandonadas. Milhões gastos em estudos ambientais e consultorias. Resultado: zero aviões.

O TGV Imaginário

Prometido como revolução ferroviária. Foram gastos milhões em projetos, mas não há um metro de linha de alta velocidade construído.

Os Data Centers da miragem

Em Sines, fala-se em 8,5 mil milhões. Em Abrantes, 7 mil milhões anunciados por uma empresa com 5 mil euros de capital. Promessas pomposas,

mas bancos e clientes continuam invisíveis.

O padrão é sempre o mesmo: anúncios pomposos, estudos caros, esquecimento conveniente e reedição da promessa anos depois. Um ciclo de fantasmas

que consome recursos sem gerar progresso.

As PPPs: O Jackpot dos Privados



As PPPs: O Jackpot dos Privados

As Parcerias Público-Privadas foram apresentadas como modernidade. Na prática, foram um assalto elegante ao erário público. Estradas, hospitais,

serviços — sempre com contratos blindados para garantir lucro privado e risco público.

Autoestradas do engano

Construtoras com tráfego garantido. Passam 10 mil carros ou 100, recebem sempre. O risco ficou no Estado, o lucro nos privados.

Hospitais das cláusulas

Contratos complexos, litigiosos, onde cada renegociação beneficia sempre os operadores privados. Doentes continuam em filas, mas os balanços

privados brilham de saúde.

As PPPs foram um casino manipulado: o Estado entrou sempre para perder, o privado para ganhar. O contribuinte é o apostador forçado, a máquina

é a slot, e o jackpot é sempre para o lado certo do contrato.

A Justiça Cega (mas só para alguns)



A Justiça Cega (mas só para alguns)

A Justiça devia ser o pilar da democracia. Em Portugal, é uma senhora vendada que tropeça, mas só quando convém. Para o cidadão comum,

funciona depressa: multas cobradas, penhoras rápidas, condenações firmes. Para os poderosos, processos arrastados, prescrições, arquivamentos convenientes.

O Povo e os Poderosos

Pequenos empresários perseguidos, cidadãos comuns esmagados pela máquina burocrática. Já políticos e banqueiros acusados de milhões desviados

veem processos prescrever ou morrer em nulidades processuais.

Os Processos Esquecidos

Apitos Dourados, submarinos, BES, BPN... escândalos que começaram em fogo e terminaram em cinzas arquivadas.

A justiça portuguesa não é cega. Apenas finge não ver quem convém. E enquanto não houver condenações exemplares, a democracia será uma peça

de teatro onde a impunidade é a verdadeira protagonista.

Conclusão — O Futuro Entre a Sátira e a Verdade

Este Caderno Negro é mais do que sátira — é um grito. Um espelho do país que fomos e continuamos a ser. Um país onde bancos falidos custam

milhões, onde empresas públicas servem de curral partidário, onde projetos fantasmas sugam recursos, onde PPPs enriquecem uns poucos e onde

a justiça funciona apenas para alguns.

Mas também é um convite: rir é resistir, denunciar é lutar. O humor é a arma mais afiada contra a mediocridade, porque expõe o ridículo do poder.

Que este livro sirva de memória e de estímulo. Porque enquanto o charco não for drenado, Portugal continuará a definhar. Mas se houver cidadãos

que não se calem, que escrevam, que denunciem — então ainda há esperança de transformar o pântano em terra firme.

Caderno Negro da Corrupção Portuguesa –

Por Francisco Gonçalves & Augustus Veritas 2025 (c)